

CONTRATO Nº 116/2024

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE OLINDA, E O INSTITUTO DE APOIO A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – IAUE, REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE CONTRATO, ORIUNDO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 166/2024 – PMO – SEGA/SGPA, DISPENSA Nº 002/2024.

O MUNICÍPIO DE OLINDA, inscrito no CNPJ sob o nº 10.404.184/0001-09, por intermédio da SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO, com sede na Av. Santos Dumont, nº 177, Bairro Varadouro, Olinda, Pernambuco, neste ato representado pela sua Secretária Sra. **MARA REGINA DE CARVALHO ANNUMCIATO**, brasileira, divorciada, inscrito no CPF/MF sob o nº 038.096.808-85 e portador da cédula de identidade nº. 588330-31 SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de Olinda/PE, por força do Ato nº 930/2022 nos termos do que dispõem as Leis Federais nºs 10.520/02 e 8.666/93, nos termos do que dispõem as Leis Federais nºs 10.520/02 e 8.666/93, doravante denominado de CONTRATANTE; e do outro lado, a empresa **INSTITUTO DE APOIO A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – IAUE**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.507.661/0001-04 estabelecida à Av. Agamenon Magalhães, s/n, Bairro Santo Amaro – Recife/PE, CEP: 50.100-010, neste ato representada pelo Prof. Pedro Henrique de Barros Falcão, brasileiro, casado, biólogo, inscrito no CPF/MF sob o nº 356.333.364-53 e RG nº 2.326.215 SDS/PE, residente e domiciliado na Rua João Ramos, nº 231, APTO nº 101, bairro das Graças, Recife, Estado de Pernambuco, CEP: 52.011-080, doravante designada simplesmente CONTRATADA, têm justo e convencionado o presente Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir expressas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME JURÍDICO

1.1. Rege-se o presente contrato pelo art. 24, inciso XIII, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nos termos do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 166/2024 – PMO – SEGA/SGPA, DISPENSA Nº 002/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste contrato a contratação do INSTITUTO DE APOIO A

Secretaria de Gestão de Pessoas e Administração
AV. Santos do Dumont, nº 177 – Varadouro – Olinda/PE – CEP: 53.010-230

Mara Anunciato
Secretária Executiva de Gestão
de Pessoas - SEGP/PMO

**Inst. de Apoio a Fundação
Univ. de PE - IAUE**
Pedro Henrique de B. Falcão
Diretor

**Assessoria de Gestão
Demétrio Sales**
OAB/PE 32.915

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – IAUPE para a realização do concurso público para provimento de 389 (trezentos e oitenta e nove), vagas e 199 (cento e noventa e nove), para cadastro reserva, destinadas as Secretarias de Saúde; Obras; Gestão Urbana; Patrimônio; Cultura e Turismo; Desenvolvimento Social e Direitos Humanos; Meio Ambiente e Planejamento Urbano; Gestão de Pessoas e Administração, Procuradoria Geral do Município, conforme estabelecido no quadro de vagas do termo de referência.

2.2. O trabalho dar-se-á através da prestação de serviços técnicos especializados de consultoria para planejamento e organização geral do certame, controle e registro das inscrições de candidatos, elaboração e correção das provas, apresentação dos resultados, contendo a classificação final dos candidatos inscritos no concurso.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. Os Serviços serão prestados sob o regime de execução indireta, empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOCUMENTAÇÃO INTEGRANTE

4.1. Fazem parte integrante e indissociável deste contrato, como nele estivessem transcritos:

- a) O Termo de Referência;
- b) A proposta de preços da CONTRATADA;
- c) Documentação da empresa CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DOS CUSTOS

5.1. O pagamento da instituição realizadora do certame público será oriundo da arrecadação das taxas de inscrições, que poderá ocorrer da seguinte forma:

- a) Em valor pré-fixado de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais), na possibilidade de existência de até 10.000 (dez mil) inscrições validadas, entendendo-se como tal as inscrições pagas.
- b) R\$ 120,00 (cento e vinte reais), o valor da taxa de inscrição individual para os cargos de Nível Superior;
- c) R\$ 100,00 (cem reais), o valor da taxa de inscrição individual para os cargos de Nível Médio/Técnico.

- d) Sobre o valor da receita gerada a partir do número de inscritos, acima de 10.000 (dez mil), candidatos válidos e efetivamente pagos, constituirá para a empresa selecionada que realizará o certame público, o percentual de 85% (oitenta e cinco por

Secretaria de Gestão de Pessoas e Administração

AV. Santos do Dumont, nº 177 – Varadouro – Olinda/PE – CEP: 53.010-230

Mara Anunciato
Secretária Executiva de Gestão
de Pessoas - SEGP/PMO

Inst. de Apoio à Fundação
Univ. de PE - IAUPE
Pedro Henrique do B. Fr.
Diretor

Denise Martins
OAB/PE 52.915

cento), sendo os 15% (quinze por cento), retidos em favor do Município de Olinda/PE.

5.2. Na remuneração da empresa ora selecionada estarão incluídas todas as despesas referentes ao concurso público, incluindo impostos, taxas e demais despesas de qualquer natureza.

CLÁUSULA SEXTA – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

6.1. O repasse do valor do trabalho calculado, mencionado na cláusula anterior, deverá ser efetuado de acordo com o seguinte cronograma:

- a) 1ª parcela: 60% (sessenta por cento) do valor total, em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento das inscrições;
- b) 2ª parcela: 30% (trinta por cento) do valor total, em até 05 (cinco) dias úteis após a aplicação das Provas Escritas.
- c) 3ª parcela: 10% (dez por cento) do valor total, em até 05 (cinco) dias úteis após a publicação do resultado definitivo das provas;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E ASSINATURA DO CONTRATO

7.1. O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, na hipótese prevista no artigo 57, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

7.2. O prazo para assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, conforme artigos 62 e 64 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Não se aplica, visto que os custos para a realização dos serviços serão cobertos pelo recolhimento das taxas de inscrições, inexistindo ônus para o Município de Olinda/PE. Pode haver um incremento de receitas na possibilidade de o número de inscrições ultrapassar a estimativa estabelecida pela proponente, conforme item 5.1., D da cláusula quinta.

8.2. Por se tratar de contratação em que inexistirá ônus para o Município, inexistirá fixação de garantias conforme estabelecido na Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Exercer a fiscalização da execução do objeto deste contrato;

Secretaria de Gestão de Pessoas e Administração
AV. Santos do Dumont, nº 177 – Varadouro – Olinda/PE – CEP: 53.010-230

Mara Anunciato
Secretária Executiva de Gestão
de Pessoas - SECRETARIA

Inst. de Apoio a Fundação
Univ. de PE - IAUPE
Pedro Henrique do B. Falca

Assessor
Demétrio Santos
OAB/PE 72.913

Procurador Geral do Município
Gabinete do Procurador
Chale do 1º piso

- b) Facilitar por todos os meios ao cumprimento da execução da Contratada, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e empregados da Contratada, cumprindo com as obrigações pré-estabelecidas;
- c) Prestar aos empregados da Contratada informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar;
- d) Comunicar por escrito à Contratada qualquer irregularidade encontrada na execução do serviço;
- e) Comunicar por escrito à Contratada o não recebimento dos relatórios parciais e finais e em análise, apontar as razões de sua não adequação ao termo de referência;
- f) O Município de OLINDA/PE é reservada o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições deste objeto contrato;
- g) A Contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, o relatório apresentado se em desacordo com o contrato ou com este Termo de Referência.
- h) A aceitação dos relatórios, a critério da administração do contrato na Secretaria Municipal de Saúde, poderá ser provisória, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do edital e do contrato;
- i) Publicar todos os atos oriundos do certame público no Diário Oficial;

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Os serviços deverão ser realizados em conformidade com as cláusulas e demais especificações contidas no TR - Termo de Referência.
- b) Comparecer nas reuniões solicitadas e entregar o relatório parcial e final na Secretaria Municipal de Saúde, conforme exposto neste TR - Termo de Referência. Fica ressaltado que todas as despesas relacionadas a estas atividades e outras necessárias ao cumprimento das obrigações serão de responsabilidade da Contratada;
- c) Apresentar seu plano de trabalho e, nos relatórios, apresentar as ações executadas para cumprimento do plano proposto e em atenção ao atendimento dos resultados esperados;

Secretaria de Gestão de Pessoas e Administração
AV. Santos do Dumont, nº 177 – Varadouro – Olinda/PE – CEP: 53.010-230

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO

- d) Procederem às adequações sugeridas pelo Município, desde que não seja alterado o objeto da contratação;
- e) Quaisquer exigências de fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a Contratante.
- f) Na remuneração da Contratada estão incluídas todas as despesas referentes ao Processo Seletivo, incluindo impostos, taxas e demais despesas de qualquer natureza;
- g) Designação de um responsável pela coordenação dos trabalhos, com capacidade de responder pelas partes técnicas e administrativas do contrato decorrente desta licitação, bem como para assumir a representação da mesma sobre qualquer assunto relativo à execução dos serviços;
- h) A Contratada deverá declarar, juntamente com a proposta e em documento próprio, o inteiro conhecimento e a plena aceitação das condições e conteúdo deste objeto licitado;
- i) Contratação dos apoiadores necessários ao pleno cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas, no preço proposto, todas as suas despesas envolvidas;
- j) Instruir toda sua equipe de profissionais para a necessidade de trabalhar em articulação permanente com a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde;
- k) Guardar sigilo de todas as informações as quais tiver acesso no desenvolvimento do trabalho;
- l) Arcar com todos os custos decorrentes do Processo Seletivo, EXCETO as publicações no Diário Oficial;
- m) Comprovar a experiência com o processo seletivo nos últimos 03 (três) anos e se responsabilizar por todas as etapas do processo seletivo;
- n) Fazer comprovar que as provas escritas não apresentarão questões repetidas de provas de certames públicos anteriores ou processos seletivos;
- o) Fornece os serviços e produtos solicitados, dentro dos resultados esperados;
- p) Seguir como método de organização de trabalho para o Processo Seletivo os seguintes itens, sucessivos e interligados entre si:

p.1) Elaboração do Edital em conjunto com a Contratante.

p.2) Inscrição do Candidato e montagem do banco de dados

Secretaria de Gestão de Pessoas e Administração
AV. Santos do Dumont, nº 177 – Varadouro – Olinda/PE – CEP: 53.010-230

Mara Annunciato
Secretária Executiva de Gestão
de Pessoas - SECRETARIA

Inst. de Apoio a Fundação
Univ. de PE - IAUPE
Pedro Henrique de 8 Falcão

Assessoria
D. Santos
081.19.32.913

Produção de Material
Gestão de Pessoas
Cidade de Olinda

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO

p.3) As inscrições serão realizadas simultaneamente sob a responsabilidade da Contratada que realizará o certame público.

p.4) A solicitação de inscrição será realizada via Internet, no endereço da empresa realizadora do processo seletivo. Neste mesmo endereço o(a) candidato(a) deverá ter a possibilidade de emitir o comprovante de sua inscrição após o acatamento da inscrição, que se dará pelo recebimento do comprovante de depósito bancário.

q) A taxa de inscrição não será restituída em hipótese alguma, EXCETO em caso de cancelamento do certame público.

r) A partir das inscrições dos candidatos deverão ser gerados: Cartão de Identificação do Candidato, (contendo nome completo, CPF, Identidade e o número de inscrição), Atas, Cartão de Leitura Ótica Personalizada para resposta das questões objetivas, Etiquetas de Identificação em sala para aplicação de Prova Objetiva, e outros que se fizerem necessários, para atender as exigências legais ao certame.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Se a CONTRATADA atrasar ou desistir da efetivação do objeto deste instrumento, ficará sujeita às sanções previstas no Decreto nº 213/2002 alterado pelo Decreto nº 120/2011, e, que dispõe sobre a aplicação de multas previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Olinda/PE, por prazo de até 02 (dois) anos, devendo o valor da multa ser recolhido na rede bancária autorizada, através de DAM – Documento de Arrecadação Municipal, no prazo de 03 (três) dias, a contar do recebimento da notificação da penalidade, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

12.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.

12.2. A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará por meio de telefone e e-mail, sem prejuízo de outros meios disponíveis.

11.3. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no seguinte endereço definido pela contratante.

12.4. A fiscalização e a gestão do contrato ficarão a cargo de servidores distintos designados pelo Contratante que deverão acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade dos serviços, conforme o Art. 67, §§1º e 2º da Lei nº 8666/1993.

Secretaria de Gestão de Pessoas e Administração
AV. Santos do Dumont, nº 177 – Varadouro – Olinda/PE – CEP: 53.010-230

Página 6 de 9

Mara Annunziato
Secretária Executiva de Gestão
de Pessoas - SEGP/PMO

Inst. de Apoio à Fundaç.
Univ. de PE - IAUPE
Pedro Henrique do B
nirator

Assoc. de Municípios
D. de M. de P.
OAB/PE 32.913

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO

12.5. Cabe ao Fiscal do Contrato:

12.5.1. Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do serviço;

12.5.2. Conhecer plenamente os termos contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições neste Termo de Referência, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da contratante quanto da contratada;

12.5.3. Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;

12.5.4. Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos;

12.5.5. Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;

12.5.6. Recusar serviço irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no edital da licitação e respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;

12.5.7. Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela contratada;

12.5.8. Comunicar formalmente ao Gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada.

12.6. Cabe ao Gestor do Contrato:

12.6.1. Consolidar as avaliações recebidas e encaminhar as consolidações e os relatórios à Contratada;

12.6.2. Apurar o percentual de desconto da fatura correspondente;

12.6.3. Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à contratada;

12.6.4. Emitir avaliação da qualidade do serviço;

12.6.5. Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;

Secretaria de Gestão de Pessoas e Administração
AV. Santos do Dumont, nº 177 – Varadouro – Olinda/PE – CEP: 53.010-230

Mara Anunciato
Secretária Executiva de Gestão
de Pessoas - SEGPPMO

Inst. de Apoio à Fundação
Univ. de PE - IAUPE
Pedro Henrique do B. Fátima

Assessoria Jurídica
Demétrio Soares
OAB/PE 12.919

Procurador Geral do Município
Governo Municipal
Olinda/PE

Página 7 de 9

- 12.6.6. Analisar relatórios e documentos enviados pelo fiscal do contrato;
- 12.6.7. Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelo fiscal do contrato;
- 12.6.8. Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- 12.6.9. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- 12.6.10. Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3. A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrita da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou nas hipóteses do artigo 79 do mesmo diploma legal, quando cabível.

13.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A inexecução total ou parcial do objeto desta licitação ensejará a rescisão do contrato, conforme disposto na Lei Federal nº. 8.666/1993.

14.2 Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

14.3 A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrita da Administração, nos casos enumerados na Lei Federal 8.666/1993.

14.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Secretaria de Gestão de Pessoas e Administração
AV. Santos do Dumont, nº 177 – Varadouro – Olinda/PE – CEP: 53.010-230

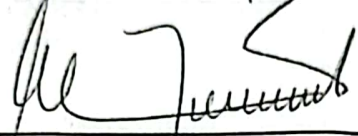
Página 8 de 9

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. O Foro da Comarca de Olinda é o único competente para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato.

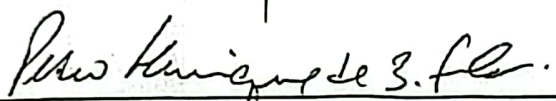
15.2. Por estarem assim justas e acordadas, assinam as partes este Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram, para que produza assim os seus jurídicos e legais efeitos.

Olinda, 25 de maio de 2024.



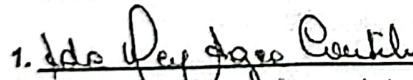
MARA REGINA DE CARVALHO ANNUMCIATO
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE GESTÃO DE PESSOAS
CONTRATANTE

Mara Annumciato
Secretária Executiva de Gestão
de Pessoas - SEGP/PMO

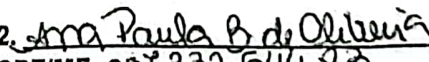


PEDRO HENRIQUE DE BARROS FALCÃO
INSTITUTO DE APOIO À FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO –
IAUPE CONTRATADA

Testemunhas:

1. 

CPF/MF 1359847.404-44

2. 

CPF/MF 037332.544-83

Associação IAUPE
Declarada Utilidade Pública
OAB/PE 32.915

Secretaria de Gestão de Pessoas e Administração
AV. Santos do Dumont, nº 177 – Varadouro – Olinda/PE – CEP: 53.010-230


Página 9 de 9

**ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE OLINDA**

**SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO N° 116/2024- PMO**

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato n° 116/2024.

Modalidade: Processo Administrativo N.º 166/2024- PMO-SEGA-SGPA, DISPENSA N.º 002/2024.

Contratante: Município de Olinda.

Contratada: INSTITUTO DE APOIO A FUNDAÇÃO
UNIVERSIDADE DE PE

CNPJ: 03.507.661/0001-04

Objeto: Constitui-se objeto deste Contrato a contratação do INSTITUTO DE APOIO A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO- IAUPE para a realização do concurso público para provimento de 389 (trezentos e oitenta e nove) vagas e 199 (cento e noventa e nove), para o cadastro reserva, destinadas as Secretarias de Saúde, Obras; Gestão Urbana; Patrimônio; Cultura e Turismo; Desenvolvimento Social e Direitos Humanos; Meio Ambiente e Planejamento Urbano; Gestão de Pessoas e Administração; Procuradoria Geral do Município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste contrato, oriundo do edital do Processo Administrativo N° 166/2024 PMO- SEGA/SGPA, DISPENSA N.º 002.

Vigência: O contrato terá prazo de vigência de 180 (Cento e oitenta) dias, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, na hipótese prevista no artigo 57, inciso II, da Lei n° 8.666/1993 e suas alterações.

Data de Assinatura: 25/03/2024

Assinam: Pelo Município de Olinda: MARA REGINA DE CARVALHO ANNUMCIATO – SECRETÁRIA DE EXECUTIVA DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO DE OLINDA. Pela empresa INSTITUTO DE APOIO A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO- IAUPE, PEDRO HENRIQUE DE BARROS FALCÃO - Representante legal.

Publicado por:

Ada Ney Agra Coutelo

Código Identificador: 1B5BB23F

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 29/04/2024. Edição 3580

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amupe/>